

Vida “de gente grande”: trajetória de jovens egressos de abrigos para crianças e adolescentes¹.

Gilson José Rodrigues Junior de Andrade (PPGA-UFPE)

1. Introdução

Pretendo refletir a cerca da trajetória de jovens recém-egressos de abrigos (ou ex-abrigados) em diferentes capitais brasileiras, visando desenvolver análises comparativas que possibilitem a percepção das convergências e divergências entre diferentes regiões brasileiras. Que influencias a experiência do abrigamento tem sobre suas vidas? Como refletem sobre as trajetórias, estratégias e construção de identidade quando se encontram fora da instituição. Será indispensável manter contato com toda a rede de agentes institucionais envolvidos com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes². Que representações e percepções fazem do processo de “desligamento” e das trajetórias desses jovens quando saem dos abrigos? Quais as convergências e divergências existentes dentro do campo institucional – em suas mais diversas instancias?

Tem-se mantido contato com alguns jovens residentes em Natal-RN, que haviam sido assistidos por um abrigo público – Casa de Passagem³ – durante parte de sua adolescência. O que longe de oferecer qualquer possibilidade de conclusão vem servindo como forma de provocar algumas reflexões que deveram ser aprofundadas a partir de um trabalho de campo mais aprofundado. Devido a superficialidade desses contatos, priorizou-se a apresentação de um aporte teórico que poderá no decorrer da pesquisa ser abandonado, caso não responda aos dados empíricos.

¹ II ENADIR, GT-5 – Antropologia e Direitos Humanos

² Não quer com isso construir uma análise dicotômica entre ex-abrigados e agentes institucionais. O aprofundamento do trabalho de campo, como é de praxe, trará outros desdobramentos que não foram possíveis de vislumbrar nesse momento.

³ É importante dizer que o uso do nome “Casa de Passagem” pode ser observado de três maneiras distintas: em primeiro lugar, durante o trabalho de campo realizado em Penedo, o nome em questão dizia respeito a uma instituição onde crianças e adolescentes deveriam, idealmente, permanecer por no máximo quarenta e cinco dias, sob medida de proteção, até que retornassem para suas famílias ou fossem encaminhados para outro responsável ou para alguma instituição-abrigo. O segundo uso do termo foi descoberto a partir do contato com a ONG pernambucana “Casa de Passagem”. Esta não tinha um caráter de abrigamento, mas atuava oferecendo cursos, capacitações, acompanhamento escolar, dentre outras atividades a crianças e adolescentes. Já o terceiro uso do nome em questão é o que se percebe em Natal, que são abrigos municipais. Neste ultimo caso esses são divididos em três unidades mistas divididas em faixas etárias: Casa 1: 00-06 anos; Casa 2: 07-11 e Casa 3: 12-18 anos.

2. Contextualização

A proposta aqui apresentada ainda de forma embrionária começou a construir-se durante a pesquisa decorrente do mestrado – entre 2008 e 2010 – quando o foco estava na realidade vivenciada por mulheres, residentes em Penedo-Alagoas, cujos filhos e filhas encontravam-se sob o cuidado de instituições-abrigo.

Ter o foco da pesquisa sobre essas mulheres me levou, inevitavelmente, a ter algum contato tanto com seus filhos, como com outras crianças e adolescentes residentes nos abrigos contatados, possibilitando, assim, a descoberta de um universo empírico bastante rico pelo qual fui *afetado* (FAVRET-SAADA, 2005), capaz de suscitar fortes inquietações. O que contribuiu, em parte, com o interesse central do trabalho aqui proposto foi pensar sobre a trajetória de jovens adultos que, durante a infância e principalmente a adolescência, vivenciaram a experiência do abrigamento institucional. Estes, vale salientar, não foram caracterizados como estando em *conflito com a lei*, mas, devido a fatores diversos⁴, tiveram de ser retirados do convívio familiar por *medidas de proteção* (BRASIL, 1990). Diversos casos poderiam ser aqui ilustrados como tendo influenciado fortemente a escolha do trabalho aqui proposto. No entanto, irei dar destaque a dois que servem de ilustração para que o leitor compreenda o processo em que tal escolha vem se construindo.

Enquanto conversava com a psicóloga responsável pelo CREAS⁵, Jaqueline, órgão que dividia o mesmo prédio que o Conselho Tutelar (CT) e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), assim como a Casa de Passagem – localizada na parte de trás do terreno, nos fundos deste prédio. Este último estabelecimento fora criado para abrigar, por um período máximo de quarenta e cinco dias, crianças e adolescentes que tiveram de ser retiradas de suas casas em caráter de urgência, ou que haviam sido abandonadas por suas famílias. Durante a conversa, das funcionárias da Casa entrou apareceu com uma criança recém-nascida nos braços. Tratava-se do filho de uma adolescente de dezessete anos, abrigada na instituição por medida de segurança: seu companheiro, um jovem traficante, a havia jurado de morte. Jaqueline ressaltou que a adolescente, a qual teve a chance de conhecer, havia “dado sorte”, pois se fosse maior de idade, não poderia ficar ali, precisando ficar em um abrigo para mulheres, o que geralmente era mais difícil de se conseguir.

⁴ De acordo com o Artigo 98 do ECA a aplicação de medidas de proteção à criança e ado adolescente são aplicáveis sempre que houver: I. omissão da sociedade ou do Estado; II. Por falta, omissão, ou abuso dos pais ou responsável; III. Em razão da sua conduta.

⁵ Centro de Referência Especial em Assistência Social

A segunda se deu durante as conversas com Noêmia, diretora do LN. Ao falar constantemente das vantagens do abrigo para algumas garotas, demonstrava certo orgulho: reiteradamente ela falava sobre uma das “internas⁶” da instituição estava concluindo o Ensino Médio naquele ano e que prestaria vestibular para Ciências Biológicas em uma faculdade particular em Penedo, cuja administração já havia garantido uma bolsa integral para a garota.

Ambos os casos supracitados suscitaram pelo menos dois questionamentos: Qual seria a situação da adolescente abrigada na Casa de Passagem, caso fosse maior de idade? O caso relatado por Noêmia se configurava como uma regra ou uma exceção entre as “internas” da instituição? A partir destas perguntas, outra surgiu: Como jovens egressos de abrigos para crianças e adolescentes constroem suas vidas, identidades, trajetórias de vida, relações familiares e o exercício da cidadania?

Sendo assim, torna-se indispensável analisar a distância entre os discursos sobre o acesso a cidadania e direitos humanos universais e os meios materiais e simbólicos para que isso se efetive (FONSECA, 2004). A já precária proteção oferecida pelo Estado – junto com seus parceiros –, as crianças e adolescentes parece tomar forma de *descaso planejado* (SCOTT, 2009) quando estes sujeitos já não se encaixam nessa classificação. O que pode acirrar e perpetuar as diversas desigualdades nas quais já estão inseridos.

Dessa forma se buscará compreender de que maneiras a experiência do abrigo institucional marca a vida de determinados jovens, principalmente quando são “desligados” de instituições que lhe serviram de casa durante anos. O que se dá, por exigência da legislação quando completam 18 anos, idade em que passam legalmente de adolescentes para jovens adultos (BRASIL, 1990). Porém, não se pretende parar nesse primeiro questionamento, mas perceber que estratégias eles constroem quando são “desligados” dos abrigos. Tal questionamento parte, dentre outras questões, de pesquisas que sugerem que em muitos casos - sem deslegitimar a importância do trabalho dos agentes institucionais - aqueles casos “bem sucedidos” de jovens egressos se dão em boa medida devido às formas criativas como articulam suas trajetórias (FONSECA, 2009), seja familiares, profissionais, afetivas.

3. O olhar institucional: direitos da criança e do adolescente enquanto um campo de disputas.

⁶ Os funcionários do LN trabalhavam com duas categorias: “internas” – referente estritamente as meninas abrigadas

Para os interesses aqui pretendidos defendo que um imperativo para essa pesquisa é compreender também o campo institucional voltado para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, em sua diversidade, convergências e divergências, seja entre as diversas instancias envolvidas, ou com relação aos interesses dos jovens adultos a quem assistiram. Nesse sentido é importante ressaltar que não se trata de construir uma dicotomia que separe profissionais de um lado e egressos de outros. Compreende-se que os agentes institucionais vivenciam uma realidade complexa no exercício de suas atribuições, tendo em vista que vivenciam, como destaca Bourdieu (1998) as tensões de um Estado, que com a implementação sutil de princípios neoliberais, vem fortalecendo sua “mão direita” – interesses econômicos – e vai enfraquecendo a “mão esquerda”, formada pelos diversos trabalhadores sociais que findam por não gozar de meios materiais e simbólicos para exercerem as funções que lhe são atribuídas e cobradas.

No entanto, levar isso em consideração não impede de observarmos como as representações, muitas vezes hegemônicas, compartilhadas pelos diversos agentes disciplinadores só reforçam a distância entre os interesses do Estado – principalmente nas políticas públicas e programas pró-cidadania implementados – e os interesses dos grupos assistidos, os jovens egressos dos abrigos, nesse caso específico.

No fundo, as políticas oficiais da rede de atendimento e os jovens têm um objetivo comum: a integração destes na vida social fora do abrigo – mas as estratégias institucionais e as táticas informais dos jovens rivalizam e colaboram de maneira nem sempre previsível (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009). Tal distância pode reforçar a *confusão de línguas* (GEERTZ, 2008; FONSECA, 2000) que tende a perpetuar desigualdades de classe, gênero, geração, dentre outras.

Além disso, percebe-se tanto no contexto institucional, como ao conversar com esses jovens um discurso meritocrático, centrado nas qualidades ou problemas individuais, que aparecem como que justificando as trajetórias, seja aquelas tidas como bem sucedidas ou não. Sendo assim, arrisca-se uma questão: tal discurso finda por deslocar consideravelmente as críticas a ineficiência do Estado em cumprir com suas funções, o que, por sua vez, teria a ver com toda a naturalização de formas de dominação simbólica, geralmente não questionadas.

Outra questão, dentro do campo institucional, que não poderá ser ignorada é a relação entre o campo jurídico com as demais instâncias envolvidas com as crianças e adolescentes abrigados. O que não se dá apenas entre as instituições e suas práticas, como entre as pre-

tensões universalistas ainda hoje presentes no discurso do direito. Seja os critérios utilizados para as divisões etárias, como os discursos dos especialistas do direito – que além de construir um abismo entre estes e os grupos atendidos, reproduzem diversas formas de desigualdades, destacando-se a de classe – ou as decisões de suspensão do *poder familiar* refletem, tal pretensão homogeneizadora (BOURDIEU, 2009; FONSECA, 2004; SCHRITZMEYER, 2007).

Para os “técnicos do direito” – magistrados, juízes, promotores, defensores públicos, etc –, apesar de configurarem entre si um campo de disputas, tendem a desqualificar os “não especialistas” – réus, advogados, educadores, famílias – reforçando o que Bourdieu vai apontar como um “mal entendido”. O que pode apontar para a distância dos referidos “agentes especializados” e o público por estes atendido. Este hiato, parece reforçado pelas práticas ao mesmo tempo aristocráticas e ascéticas, que reforçam uma distância de classe, que poderá ser potencializada quando se trata dos adolescentes abrigados, ou mesmo na decisão de efetivar o abrigo.

Quanto ao âmbito institucional este artigo não irá apresentar reflexões sobre toda a rede de profissionais, concentrando-se no contato realizado com os funcionários da Casa de Passagem III. O que não implica dizer que a pesquisa que se desenvolverá irá ficar restrita a este. Muito pelo contrário, pretendo ter contado com os diversos *atores* envolvidos com o processo de institucionalização de crianças e adolescentes, assim como com a exigência de sua saída quando deixam oficialmente de ser menor de idade.

4. “E agora José”: trajetória de jovens egressos de abrigo para crianças e adolescentes.

Até por volta de 16 anos, sempre que alguém me perguntava sobre quem eram meus pais, invariavelmente eu respondia: o Governo. É óbvio que eu não tinha clareza suficiente para entender quem era esse meu pai nem o que ele fazia, mas isso ficou mais fácil quando tive de entender quem era então minha mãe: a Febem. Sempre quem um funcionário ou outro menino me negavam alguma coisa ou tentavam impedir-me de entrar em algum lugar, eu sempre protestava: isso não é seu é do Governo; da mesma forma que uma criança diria: isto é do meu pai. (SILVA, 1998)

A partir da declaração acima que o educador Roberto da Silva inicia a introdução do seu livro, fruto de uma árdua pesquisa de mestrado que teve como foco compreender a relação

entre abandono de crianças e adolescentes por suas famílias⁷ e a formação do que ele chama de “identidades criminosas”. O autor passou boa parte da sua vida como residente da Febem e mais um tempo em instituições prisionais. O foco da pesquisa a qual se dedicou foi a trajetória de meninos e meninas que entre os anos de 1964 e 1990, que viveram em internatos estatais ou conveniados ao Estado. O autor buscou compreender de que forma a vida dessas pessoas fora marcada pela experiência do internamento.

A FEBEM, atualmente instituição CASA, destina-se até hoje a atender a adolescentes “em conflito com a lei”, impreterivelmente aquelas acima dos doze anos de idade que são submetidos a medidas socioeducativas (ME), enquanto que os abrigos se direcionam a crianças e adolescentes sobe medidas de proteção, que por algum motivo não podem permanecer no convívio com suas famílias de origem.

Nesse sentido, é importante ressaltar que pretendo pesquisar jovens egressos de instituições-abrigo, estatais ou conveniadas ao Estado, mas que prestam assistência a crianças e adolescentes sem um histórico “criminal”. A escolha pela realidade dos jovens adultos egressos de abrigos se dá também pelo ponto de partida apontado anteriormente – a pesquisa do mestrado – como pelo fato de perceber que existe uma grande lacuna a ser preenchida, tendo em vista que se os trabalhos com os egressos de instituições para adolescentes em conflitos com a lei se mostram em número reduzido – sem que isto desabone as iniciativas construídas pelos agentes institucionais.

Por último, cabe lembrar, como bem destacado por Adriana Viana (2004), que a gramática moral construída ao redor das representações sobre as crianças e adolescentes vai elevá-las a um patamar hierárquico superior ao de outros indivíduos, principalmente aqueles que compõem suas famílias de origem, rebaixadas socialmente quando não correspondem ao padrão exigido, sendo vistas como incapazes de garantir a sua prole aquilo que o ECA chama de “direitos fundamentais da criança e do adolescente”.

Ora, resta a pergunta: se as contradições existentes nas práticas institucionais, advindas de exigências estatais, a partir de uma percepção frequentemente hegemônica, afetam diretamente o desempenho dessas práticas, mantendo um hiato entre as propostas executadas e as demandas desses “menores”, o que dizer quando saem da faixa etária que lhes coloca na

⁷ Não compartilho da mesma perspectiva do autor, que apesar de sua rica contribuição parece como demonizando as famílias de origem e ao mesmo tempo que ao analisar sua trajetória não consegue fugir a um discurso triunfalista, meritocrático. Há grandes contribuições em sua obra, assim como em sua trajetória, mas a proposta aqui apresentada pretende oferecer outras perspectivas.

posição de “prioridade absoluta”? Que consequências tal *confusão de línguas* trás para as suas vidas pós-abrigamento? Como esses jovens lidam com isso?

4.1. Jovens adultos”: qual o significado disso?

Pensar sobre a trajetória dos “egressos” certamente soa como algo bastante amplo, tendo em vista que seja aqueles indivíduos que saíram de instituições-abrigos há cinquenta anos ou os que saíram há poucos dias, todos se encaixam nessa categoria. O que torna necessário que seja feito um recorte. De que egressos este trabalho trata? Falou-se anteriormente em “jovens adultos”, mas o que isso significa?

Por trás da aparente obviedade esconde-se uma questão problematizada, por exemplo, por Pierre Bourdieu (1978), ao ressaltar que “[...] as divisões entre as idades são arbitrárias”. Ele ainda vai ressaltar que tais divisões compõem um *campo* de disputas pela hegemonia. Sendo assim, não tem nada de natural ou universal. O “ser jovem” ou “adulto” irá depender de diversos fatores: econômicos, históricos, sociais e culturais. Nesse sentido, Schritzmeyer (2007) vai falar da “fabricação” da criança, apontando também para algo semelhante: infância, adolescência, juventude, não dados do real, naturais, mas construções sociais, que variam em diferentes épocas, assim como o tratamento legado a cada grupo etário.

Partindo das questões supracitadas, afirmo que pensar em juventude nesse trabalho levará em conta que esta, hegemonicamente, é a fase que precede a adolescência, isto é, quando os indivíduos completam 18 anos. No entanto, isto não implica em reproduzir-se uma perspectiva hegemônica, mas, sim, de observar como tal critério se mostra frágil diante da diversidade de trajetórias desses “jovens egressos”. Por isso também será importante compreender a perspectiva que estes têm de sua “nova vida”, quando já não estão sobre os cuidados diretos dos agentes institucionais. Desta forma, não se poderá falar em uma juventude homogênea, mas em juventudes, vivenciadas a partir de trajetórias de vida diversas, que começam antes do abrigo, passam por ele, e continuam muito tempo depois.

Essa heterogeneidade de trajetórias reflete também as diversas estratégias articuladas por esses jovens ao saírem dos abrigos. Algumas pesquisas vêm apontando para essas questões, a partir de enfoques diversos, porém que apontam para uma questão, com a qual se pretende contribuir com seu aprofundamento: a experiência do abrigo marca profundamente a vida dos jovens. Muito comumente como pude perceber na etnografia desenvolvida em Penedo, que faz coro com outras pesquisas (FONSECA, CARDARELLO, 1999; SCHRITZ-

MEYER, 2009), há um discurso meritocrático por parte das instituições que buscam apresentar os “casos que deram certo” - talvez como forma de provar a eficácia do abrigo. Porém, cabe aqui um questionamento, que fatores objetivos separam aqueles jovens que “deram certo” dos que “ficaram pelo caminho”?

Os contatos preliminares já realizados com alguns desses “egressos” aponta tanto para essa heterogeneidade, que passa pelas relações familiares, mas não se encerra nela, estendendo-se a rede de solidariedade que passam a articular após seu “desligamento”, que tem a ver tanto com laços estabelecidos, em alguns casos mantidos, antes da institucionalização; durante – seja com os educadores e técnicos, como com os então adolescentes que ali estavam -; como depois, quando saem do abrigo e tem de se adaptar as exigências da “vida adulta”. Que *estratégias de ação* esses indivíduos articulam? Como elas se constroem? Que influencia isto tem sobre a construção/fabricação de sua identidade?

Nesse sentido, buscar-se-á analisar as falas e representações desses jovens na tentativa de compreender como enxergam sua realidade social. O que implica em percebê-los como detentores de “agência”, este “tipo de propriedade dos sujeitos sociais [...] culturalmente plasmada e inevitavelmente distribuída de forma desigual, não tendo a ver com projetos individuais soltos, mas circunscritos dentro de uma cultura” (ORTNER, 2006) ⁸. Trata-se, sim, de buscar perceber as *formas sub-reptícias*, as atividades dispersas nos cotidianos dos grupos sociais sem negar a influência de uma cultura hegemônica, um *arbitrário cultural*, percebem a criatividade dos procedimentos “minúsculos e clandestinos” (De CERTEAU, 1994).

Seguindo toda uma tradição de pesquisadores influenciados pelo conceito de *técnicas corporais* de Mauss (2005), pretendo refletir sobre as narrativas, redes de solidariedade e negociações existentes no contexto vivido cada um dos interlocutores contatados (WACQUANT, 2002; WACQUANT, 2008; BOURGOIS, 2009); (FONSECA 2000; SARTI, 1996; SCOTT; QUADROS, 2009).

4.2. Conversas, trajetórias e representações: reflexões preliminares acerca da trajetória de jovens egressos dos abrigos.

Neste tópico dedico-me a apresentar o resultado preliminar de conversas com apenas dois jovens com os quais venho conversando nos últimos dois meses. Tais diálogos tiveram

⁸ Como chama a atenção Ortner no mesmo texto-conferência, reconhecer que os sujeitos tenham agência, que reflitam sobre seu cotidiano, não implica em dizer que aja igualdade nestas agências, certamente uns tem mais agência do que outros.

um caráter exploratório. Minhas expectativas antes desses encontros estavam permeadas de certa tensão, tendo em vista que os contatos me foram possibilitados pela coordenadora da Casa de Passagem III. Eu não tinha qualquer ideia se esta intermediação de fato abriria portas, ou as fecharia, tendo em vista que as experiências entre estes jovens – “ex-abrigados” – e os agentes institucionais apresentavam uma inevitável tensão. Como essas pessoas reagiriam ao saber que consegui seu contato a partir do abrigo?

Tal preocupação surge da noção de que o conhecimento antropológico não se constrói enquanto uma busca por verdades, mas através de uma *negociação de verdades* que se dá na relação estabelecida entre pesquisador e pesquisada (CAMPOS, 2008). O que está relacionado com o que é dito e revelado, seja verbalmente ou através dos “não ditos” – formas em que as relações familiares aparecem quando se observa as relações de gênero e geração, por exemplo.

Isto também aparece na forma de assuntos que surgem como tabus, alertando para os limites que não devem ser ultrapassados pelo pesquisador. Este, tanto quanto os grupos e indivíduos pesquisados, estará imbricado em uma espécie de jogo de “esconde e mostra”, uma vez que ambos apresentar-se-ão de maneiras específicas durante a pesquisa, ressaltando algumas características e ocultando outras. Isto está ligado às formas como cada um neste “jogo” busca favorecer seus objetivos específicos e segredos. “O etnógrafo procura obter informações sobre a região interior; os sujeitos (pesquisados) procuram proteger seus segredos, já que estes representam uma ameaça à imagem pública que desejam manter.” (BERREMAN, 1980, 142-143).

Apesar dos inegáveis conflitos entre “egressos” e agentes institucionais⁹, os primeiros encontros com os primeiros, aqui chamados de Mayra e Raul, foram marcados sem grandes dificuldades. Os lugares e horários nos quais se deram esses encontros foram estabelecidos por eles, tendo em vista que eu não conhecia seus horários, suas possibilidades. Nesse sentido, a primeira surpresa foi a facilidade destes aceitarem conversarem comigo, tanto quanto sua abertura em falarem, ainda que panoramicamente sobre suas vidas para um estranho e inconveniente desconhecido. Trato agora de apresentar algumas ponderações, frutos desses encontros, que apesar de serem inevitavelmente assimétricos, não deixaram de ser, como salienta o filósofo Emanuel Lèvinas (2005), “um encontro de rostos que se veem”.

⁹ Apesar da intenção de entrar em contato com toda a rede de agentes institucionais envolvidos com os direitos das crianças e adolescentes – e conseqüentemente com o “desligamento” institucional – destes ao completarem 18 anos -

a) Raul: entre “rebeldias” e o “bom comportamento”.

Se os primeiros contatos com os funcionários da Casa de Passagem III se deram no começo de abril do presente ano, o primeiro encontro com Raul se deu ao final do mesmo mês. A coordenadora da referida instituição havia me passado alguns contatos – telefones e/ou endereços de seis “egressos” da instituição. A primeira dificuldade para encontrar Raul se deu porque seu telefone não era seu, mas de um amigo – ex-namorado de sua mãe. Quando liguei, não inteirado de que essa era uma prática comum – o uso coletivo de aparelhos celulares – estranhei o fato de não ser ele o dono do celular, mas a pessoa que atendeu explicou-me que estava no trabalho, e que após as dezesseis horas, quando chegaria em casa, avisaria a Raul da minha ligação. Qual não foi minha surpresa quando recebo a ligação, agora sim, era Raul quem falava comigo. Busquei explicar-lhe rapidamente as intenções de meu telefonema, assim como de sua disponibilidade para que nos encontrássemos. Rapidamente ele confirmou a possibilidade de nossa conversa e sugeriu a Praça Cívica¹⁰ – localizada no centro da cidade.

Encontramo-nos em uma das lanchonetes ali localizadas. Raul estava do outro lado da rua, próximo a uma parada de ônibus, com o celular de seu amigo, falando comigo. Nosso encontro se deu ali, entre mordidas em nossos sanduíches, de maneira amistosa. Segundo explicou, estava na Praia do Meio¹¹, próximo de sua casa, jogando bola, quando avisou a um de seus colegas que não continuaria jogando, pois tinha uma reunião.

Havia em Raul – ou pelo menos assim me pareceu¹² - certa ansiedade em nosso encontro, e ainda mais em narrar a sua história. Ele chegou a pé, já que considerava morar próximo – na Rua do Motor¹³ - da Praça Cívica. Trata-se de um rapaz com vinte anos, negro, cabelo liso. Ficou evidente todo um cuidado com sua aparência: brincos brilhantes (muito usados por jogadores de futebol e membros de grupo de pagode) em ambas as orelhas, camisa do Brasil, calça jeans azul marinho e tênis. No entanto, minha atenção se voltou bem mais para as marcas que carregava no corpo: com exceção do seu braço esquerdo, toda a parte visível de seu corpo – braço direito, parte do rosto, pescoço e parte do peitoral¹⁴.

¹⁰ Esta praça está próxima de diversas escolas públicas da cidade, servindo de ponto de encontro principalmente estudantes secundaristas. Também tem se tornado um local onde os usuários de *crack* têm se concentrado.

¹¹ Trata-se de uma das três principais praias urbanas (Praia do Forte, Praia do Meio e Praia dos Artistas), localizada na zona oeste da cidade, rodeadas por diversas favelas que dividem o espaço com prédios luxuosos.

¹² Este encontro foi enriquecido com a presença e participação de Jaína Alcan.

¹³ Rua bastante conhecida na cidade, muito devido ao alto índice de criminalidade e ao constante comércio de drogas na região.

¹⁴ Pode ser que tenha muito mais do corpo queimado, mas não se pode confirmar.

Nossa conversa “correu” solta, Raul parecia realmente muito disposto a contar sua história. Ele havia passado sete anos abrigado, dos doze aos dezoito anos. Com certa naturalidade ele contou que o principal motivo de ter sido levado para a Casa de Passagem III (CP) teria sido o envolvimento com o tráfico de drogas: aos doze anos ele contou que vendia drogas há duas quadras da sua casa, porém não era consumidor. Uma declaração curiosa, tendo em vista que ao conversar com os funcionários da Casa eles afirmavam que ao chegar na instituição o adolescente admitia ser usuário, mas nunca havia admitido qualquer envolvimento com o tráfico.

Uma das marcas principais do discurso de Ramon estava na insistência em um discurso defensor de seu “bom” comportamento, sua “bondade”, e conseqüentemente no fato de que gozava de certa preferéncia por parte dos funcionários da Casa. Ele se mostrava sempre como o “mais carismático”, o “mais querido”, e conseqüentemente – na sua visão – aquele que mais recebia presentes, fosse dos funcionários, voluntários, ou mesmo de pessoas que doavam roupas, ou qualquer outra coisa para a instituição. No entanto, seu discurso esbarrava em outra questão: ele também se gabava constantemente por ser o tipo de pessoa que “não leva desaforo para casa”. Partindo disso ele contou diversas situações em que se envolveu em brigas ou que respondia atrevidamente os funcionários da Casa ou mesmo os guardas municipais, chegando até a agredir fisicamente um destes últimos que dava serviço ali certa vez.

Raul contou que ficou ainda alguns meses na instituição após completar dezoito anos, pois sua mãe não o receberia mais em casa. Porém, o Conselho Tutelar¹⁵, pressionou para que ele saísse. Dali ele foi direcionado para uma casa, cujo aluguel havia sido pago adiantado para os próximos três meses. Além disso, conseguiram para ele um estágio na SEMTAS¹⁶, onde permaneceu trabalhando mesmo após a finalização do estágio, pois teve sua Carteira de Trabalho assinada. Ali ele trabalhou como ASG durante pouco mais de um ano, quando foi demitido.

No período de nossa primeira conversa ele se encontrava desempregado há mais de um ano, permanecendo na casa de um amigo – o dono do celular – “de favor”. Segundo explicou, sentia grandes dificuldades em conseguir emprego, e um dos motivos é que não sabia mais usar um computador, apesar de ter feito um curso de informática proporcionado pela Casa, através de convenio com o SENAC-RN. Foi nesse ponto onde se concentrou uma interessante crítica dele ao processo de abrigamento: ele explicava que não tinha como praticar as

¹⁵ Informação que se encaixa também no relato da coordenadora da Casa.

¹⁶ Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social.

lições de informática que aprendera no curso, tendo em vista que na Casa de Passagem não havia computadores disponíveis para os adolescentes.

O fato de está há mais de um ano desempregado suscitou algumas questões, ainda não aprofundadas, sobre como Raul estaria “se virando”, isto é, como estava se alimentando, comprando roupas, etc. Há a possibilidade dele ter voltado ao tráfico, mas não se pode afirmar isto categoricamente.

b) Mayra: “Eu achava que em casa tava ruim, quando cheguei lá (na Casa) descobri o que ruim de verdade”.

Os primeiros contatos com Mayra, uma jovem de dezoito anos, também não enfrentaram grandes dificuldades. Hilda, coordenadora da Casa, havia me dado seu endereço e o telefone de sua mãe. Da primeira vez que liguei para tentar contatar-lhe quem atendeu foi um homem, namorado da sua mãe, este deu-me seu telefone. Feito isso, consegui falar com ela, e marcamos nossa primeira conversa em sua casa. A vantagem do local escolhido se dava tanto por me proporcionar a observação do lugar onde morava, como pelo fato de que ficava perto da minha residência, tanto que cheguei até lá de bicicleta. Mesmo antes disso, quando nos falamos via-celular, um dos principais pontos que chamou a atenção como Mayra reafirmava a necessidade de marcarmos nossa conversa a tarde – horário em que estaria sempre livre nesse período – pois pela manhã estava trabalhando no Banco do Nordeste – e a noite fazia um curso de auxiliar administrativa no SENAC.

Uma conversa que começou bastante engessada, em parte porque eu não sabia que tipo de situação encontraria ao ir a sua casa – se era casada, ou como sua mãe reagiria, por exemplo¹⁷ - foi ganhando leveza, sendo inclusive permeada por fortes gargalhadas por nós dois. Segundo Mayra explicou-me sua entrada na Casa de Passagem se deu por problemas familiares, coisas erradas que ela dizia não admitir, e que não aguentava mais presenciar¹⁸. Daí ela entrou em contato com a assistente social responsável pelo projeto ViraVida¹⁹, desenvolvido pelo SENAC-RN, contou-lhe a situação. Daí em diante ela contou que sabia que iria para algum lugar, mas que não sabia onde.

¹⁷ Situações com as quais tive de lidar durante a pesquisa do mestrado, especialmente ao ter de estabelecer certo tipo de relação com os maridos das mulheres com as quais estabeleci certa interlocução.

¹⁸ Ela não entrou em detalhes.

¹⁹ Sobre isto ver: <http://www.viravida.org.br/>

Apesar de insistir em ter permanecido apenas pouco tempo na instituição, a facilidade com a qual contava alguns detalhes, as lembranças que demonstrava ter, pareciam ir em caminho contrário. Ela dizia ter permanecido no abrigo por apenas, no máximo, três meses, mas suas lembranças pareciam apontar para um período de pelo menos um ano²⁰. Ela falava do período em que ficou na Casa com grande insatisfação, apesar de demonstrar algum tipo de saudades das colegas que fez por ali, mas que não mantinha mais contato com a maioria, a não ser esporádico, sabendo de notícias suas, principalmente pelas redes sociais da internet.

Através da parceria entre a Casa de Passagem III e o SENAC-RN algumas garotas da instituição conseguiram fazer um curso de moda. Mayra foi uma delas, mas fez uma ferrenha crítica a este tipo de curso, ao questionar onde conseguiria algum emprego em Natal nesse campo, já saturado em bastante demarcado, com poucas oportunidades. Diante disso, a partir do contato que ela já havia estabelecido com o referido projeto ViraVida – que segundo ela não teve nada a ver com a Casa, mas com seus contatos anteriores.

Muito mais haveria por se dizer, mesmo diante dos contatos preliminares com os dois interlocutores apresentados acima, tamanha é a riqueza de informações acessadas nessas conversas. Porém, mais importante que isso são as perguntas, inquietações que só aumentaram e que tornam imperativo o aprofundamento dessa pesquisa. Entretanto, mesmo diante do não aprofundamento desses relatos, *histórias de vida*, uma crítica suscitada tanto por Mayra como por Raul, deve ser refletida: o fato de que os cursos proporcionados durante a experiência do abrigo, que visam a possibilidade de saírem dali com um emprego em vista, não corresponderem as suas necessidades, como destacou Mayra. Ou, como apontou Raul, até conseguem oferecer cursos que atendem, em alguma medida, as exigências do mercado de trabalho, mas como a Casa não oferece estrutura, não podem praticar, ficando apenas com o diploma do curso feito, sem reter o conhecimento.

Tais barreiras constroem um *isolamento simbólico*, isto é, impedem que os jovens egressos dos abrigos possam exercer uma cidadania – compreendida aqui enquanto uso fruto dos direitos civis, políticos e sociais, e dos deveres previstos pela Constituição. Tal situação é fortalecida pelo caráter meritocrático que vê no sucesso ou fracasso dos jovens egressos, como sendo responsabilidade deste que não teve força de vontade para superar as dificuldades e/ou não soube aproveitar as oportunidades proporcionadas o âmbito institucional. Tal discurso aparece também nas falas dos interlocutores, na hora que ressaltam o beneficiamento por

²⁰ Evidentemente isto é algo que merecerá maior aprofundamento, assim como toda a proposta apontada nesse artigo.

seu suposto “bom comportamento” ou a conquista e permanência no emprego por meio de seus esforços²¹.

Isto é apontado, mesmo quando estes profissionais reconhecem as dificuldades por eles enfrentadas no cotidiano de seu trabalho, tendo em vista que tem “de fazer das tripas o coração” para tentar fazer seu trabalho, além dos desafios diários que encontram ao ter de lidar com tantos adolescentes²² que chegam ali com tantos problemas: violência sexual (geralmente doméstica), prostituição, pequenos furtos, envolvimento com tráfico e/ou uso de drogas ilícitas, dentre outros. Também tem de lidar com adolescentes que sofrem de transtornos neurológicos²³.

Tais situações muito menos que apontar uma “falta de vontade” dos agentes institucionais, indicam a forma como o Estado vem mantendo uma postura de *descaso planejado* para com as classes populares, de onde advém a maior parte das crianças e adolescentes abrigados²⁴. Nesse sentido torna-se urgente que além de se levar em consideração que a realidade desses grupos não pode ser analisada apenas pelo viés socioeconômico, mas também pelo cultural, é importante que sejam revistas tanto as práticas institucionais cotidianas, como a implementação das políticas públicas, que se aproximem mais das demandas e necessidades dos jovens. Isto é, para que eles tenham acesso ao referido exercício da cidadania de maneira não periférica, *estigmatizada*, faz-se necessário um trabalho conjunto das diversas instituições que não reifiquem o *habitus* dos grupos dominantes, mas que o questionem de forma ampla, desconstruindo com sua aparência de natural. Do contrário – e sem tolas vitimizações – esses indivíduos, apesar de todo seu esforço e de suas *estratégias de ação*, sofrerão as ações de práticas excludentes, que apenas reforçam o *status quo*.

Ora, apesar da criatividade inegável e das referidas *estratégias* não se pode ignorar que estas são construídas dentro de um contexto de desigualdade de classe, que os prepara para reproduzirem certo *habitus* de classe que os excluem de oportunidades que, dentre outras, atingem diretamente as sócio-ocupações que exercem na sociedade. As *disposições* que desenvolvem além de naturalizadas, vão sendo perpetuadas, mantendo-os a margem, submetidos aquilo que Mary Douglas e Baron Isherwood (2004) chamam de *tarefas de alta frequência*,

²¹ Não se trata de negar isto, de fato existem esforços que os indivíduos exercem, mas há de se refletir sobre em que contexto – as *configurações sociais* – nas quais isto é construído.

²² No período retratado a instituição abrigava pouco mais de 30 adolescentes entre doze e dezoito anos.

²³

²⁴ Não foi surpresa saber que algumas adolescentes abrigadas na Casa tivessem vindo de famílias de classe média e média-alta, que haviam abandonando-as após seu envolvimento com tráfico e dependência química. Mas todos os funcionários são consensuais em dizer que estas são, indubitavelmente a exceção.

aquelas que possuem grande importância para a sociedade, mas que gozam de um *status* social inferior, rebaixado dentro da nossa sociedade, como é o caso dos trabalhadores braçais, sejam garis, empregadas domésticas, ASGs, dentre outros. Nesse sentido é que a crítica e desconstrução com o discurso meritocrático é indispensável, seja desconstruído entre dominantes como entre dominados.

5. Bibliografia

BOURDIEU, Pierre(1930–2002).A “juventude” é apenas uma palavra. In:

_____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112 – 121.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loic. Respuestas por uma antropología reflexiva. México, Grijalbo, 1996.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O poder simbólico**. Petrópolis: Vozes, 2009a.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009b.

BOURGOIS, Philippe. **In search of respect: selling crack in El Bairro**. Cambridge University Press. 2009.

BRASIL. Lei federal 8069/90 **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 13 de julho de 1990.

CARVALHO, J. M.. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DEBERT, Guita G. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história horal**. In: CARDOSO, Ruth C. L.(Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo-SP. Editora Paz e Guerra. 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. **Direitos dos mais e menos humanos**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 5, n. 10, 1999, p. 83-121.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

FONSECA, Cláudia. **Os direitos da criança: dialogando com o ECA**. In: _____ *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Cláudia; SCHUCH, P., URIARTE, Pilar, CASTILHO, D. S., J., & Recena, M. A. **Estrutura e composição dos Abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre (vinculados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e participantes da rede própria, conveniada não governamental)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez. 2006.

FONSECA, Claudia; ALLEBRANDT, Débora; AHLERT, Martina. **Pensando Políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” dos sistemas de abrigos**. In. SCHUCH, P. (Org.) ; FONSECA, C. L. W. (Org.) . Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico. 1. ed. Porto Alegre:: Editora da UFRGS, pp. 41-92, 2009.

MARCUS, G.M. **Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited**. In. *Ethnography*. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, California, vol.24, pp. 95-117. 1995

SARTI, Cynthia Andersem. **A família como espelho:um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, São Paulo : Autores associados. 1996.

Silvano, F. **“José e Jacinta nem sempre vivem nos mesmos lugares: reflexões em torno de uma experiência de etnografia multi-situada”**, Ethnologia - antropologia dos processos identitários, Lisboa, Cosmos,pp 53-79. 2002

LANGNESS, L.L. **A história de vida na ciência antropológica**. São Paulo: EPU. 1973.

LÈVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINTZ, S.W. **Encontrando Taso, me descobrindo**. In. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vo, nº1, pp. 45-58. 1984.

ORTNER, Sherry. **Poder e projetos: reflexões sobre agência**. In: GROSSI, Mirian Pilar, ECKERT, Cornélia, FRY, Peter Henry. (Orgs). Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **A inserção do conselho tutelar na construção do problema social da microregião 3 de Porto Alegre**. 1996. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

REZENDE, Adriana Viana B.de. **Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de filhos**. In. KANT, Roberto (Org.). Antropologia e direitos humanos 3. Niterói, RJ: EDUFF, 2004.

SARTI, Cynthia Andersem. **A família como espelho:um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, São Paulo : Autores associados. 1996.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore . **Pour une fabrication artisanale de l enfant et de la vie**. In: Bouville, J-M.; Costa-Moura Dzu, R.; Iucksch, M.; Pellegrini, B.; Petitot, F.. (Org.). Des jeunes face à la loi Une reflexion internationale sur la question de la responsabilité. Paris: l INJEP (Institut National de la Jeunesse et de la Education Populaire), 2007, v. 89, p. 31-37.

_____. **Fios da vida: identidade, memória e ritual**. Crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. Projeto de pesquisa individual. FAPESP, 2010.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M. T. . **A diversidade do bairro do Ibura: contextualizando diferenças demográficas, econômicas e sócio-culturais**. In: SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio de.

(Org.). A diversidade no Iburá: Saúde, Gênero e Geração num bairro popular do Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, p. 11-47.

SCOTT, R. P. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Editora Universitária UFPE. 2009.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** São Paulo-SP. Editora Ática, 1998.

Wacquant, Loïc. **Seguindo Pierre Bourdieu no campo.** *Revista de Sociologia e Política*; volume 0, número 26, páginas 13-29. Junho 2006.
_____. **As duas faces do gueto.** Boitempo Editorial. 2008.